

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA - ES

PREGÃO ELETRÔNICO N° 011/2024

T M A SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS EIRELI, com sede à Rua Horácio Leandro de Souza, n°41, bairro Basiléia, Cachoeiro de Itapemirim-ES, inscrita no CNPJ sob n° 05.874.376/0001-49 neste ato representado por seu titular, Sr. Thiago Martinusso do Amaral, devidamente inscrito no CPF sob o n 100.724.907-21, vem, respeitosamente apresentar:

IMPUGNAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

Em face do Pregão Eletrônico n 011/2024, realizado pela Prefeitura ITARANA, conforme os fatos e fundamentos jurídicos a seguir aduzidos.

I - FATOS E FUNDAMENTOS

RESOLUÇÃO DE IMPRESSÃO DE 2400 X 600 DPI

A exigência de uma resolução de impressão de **2400 x 600 dpi** para a **Impressora Laser Monocromática (Compacta)**, conforme prevista no Edital, extrapola as funcionalidades necessárias para a execução do objeto da licitação e restringe indevidamente a competitividade do certame, em desacordo com o disposto na Lei n° 14.133/2021 e com as orientações de boas práticas para contratações públicas de serviços de outsourcing de impressão.

A **Portaria SGD/ME n° 844/2022**, que regulamenta as boas práticas para a contratação de serviços de impressão, bem como o **Manual de Boas Práticas do Ministério do Planejamento**, é clara ao afirmar que uma resolução de **600 x 600 dpi** é mais do que suficiente para atender às necessidades de impressão monocromática na Administração Pública. **Exigir uma resolução de 2400 x 600 dpi para impressões em preto e branco não traz benefícios adicionais significativos em termos de qualidade de impressão, especialmente para impressões institucionais e documentos administrativos.**

A imposição de uma resolução tão elevada como **2400 x 600 dpi**, além de não trazer vantagem para a administração, especialmente quando se

trata de equipamentos monocromáticos, resulta em um aumento de custo desnecessário, causando prejuízo ao erário. Isso contraria o princípio da economicidade, previsto no art. 3º da Lei nº 14.133/2021.

Equipamentos com resoluções superiores a **600 x 600 dpi** tendem a ser mais caros, tanto na aquisição quanto na manutenção, além de consumirem mais toner, o que representa um desperdício de recursos públicos.

Portanto, a exigência de uma resolução de impressão elevada, sem justificativa técnica ou necessidade comprovada, além de causar prejuízo ao erário, limita a participação de fornecedores que trabalham com impressoras com resoluções mais baixas, dentro do especificado pelo manual de boas práticas (**600 x 600 dpi**) e mais adequadas para as necessidades administrativas.

A exigência de resolução de 2400 x 600 dpi para impressoras monocromáticas é claramente ilegal, conforme demonstrado pela Portaria SGD/ME nº 844, de 14 de fevereiro de 2022, que é clara ao determinar que o edital não deve exigir resoluções mínimas superiores a 600 dpi para impressão monocromática, vejamos:

Portaria SGD/ME nº 844, de 14 de fevereiro de 2022

9. REQUISITOS TÉCNICOS DOS EQUIPAMENTOS

9.3. Devem ser especificadas no termo de referência apenas as funcionalidades básicas dos equipamentos que afetem diretamente o tipo de serviço prestado ou especificidades com relação ao ambiente onde os equipamentos serão instalados, como:

e) Resolução mínima da impressão: **recomenda-se que não sejam exigidas resoluções mínimas superiores a 600 dpi para impressão monocromática** e 1200 dpi para impressão policromática. Contratação de equipamentos com resolução superior a esses valores devem ser motivadas e justificadas. Para documentos comuns de texto utilizados em escritórios, em geral, não há necessidade por resolução de impressão acima de 600 dpi para impressão monocromática e 1200 dpi para impressão policromática, salvo necessidades pontuais e específicas, mas que na maioria das vezes recaem sobre outro tipo de impressão - material gráfico, que não está sendo tratado neste guia. Além disso, resoluções muito altas, utilizadas sem necessidade, podem encarecer o equipamento,

aumentar o consumo de toner e reduzir a velocidade de impressão

O mesmo entendimento é corroborado pela **Portaria MP/STI nº 20, de 14 de junho de 2016**, que também enfatiza a suficiência de uma resolução de **600 x 600 dpi** para impressões monocromáticas:

2.3. Devem ser especificadas no termo de referência apenas as funcionalidades básicas dos equipamentos que afetem diretamente o tipo de serviço prestado ou especificidades com relação ao ambiente onde os equipamentos serão instalados, como:

2.3.5. Resolução mínima da impressão: **recomenda-se que não sejam exigidas resoluções mínimas superiores a 600 dpi para impressão monocromática** e 1200 dpi para impressão policromática. Contratação de equipamentos com resolução superior a esses valores devem ser motivadas e justificadas⁷;

Portanto, como se observa, o Edital está em total violação ao princípio da legalidade e em afronta ao princípio da competitividade, previstos no art. 9º, inciso I, alínea "a", da Lei nº 14.133/2021, uma vez que essa lei proíbe a inclusão de especificações excessivas ou irrelevantes que possam restringir o caráter competitivo da licitação, vejamos:

Art. 9º É vedado ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em lei:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que:

a) comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas;

Diante do exposto, requer-se a **retificação do Edital e do Termo de Referência**, suprimindo a exigência de resolução de **2400 x 600 dpi** para a **Impressora Laser Monocromática (Compacta)** e adequando-a para **600 x 600 dpi**, conforme recomendado pelo Manual de Boas Práticas, **Portaria MP/STI nº 20, de 14 de junho de 2016** e pela **Portaria SGD/ME nº 844/2022**.

CICLO MENSAL DE 100.000 IMPRESSÕES

A exigência de um ciclo mensal de **100.000 impressões** para a **Máquina de Reprografia do Tipo Multifuncional Laser Policromática**, conforme prevista no Edital, extrapola as funcionalidades básicas necessárias para a execução do objeto da licitação e restringe indevidamente a competitividade do certame. Essa especificação está em desacordo com o disposto na **Portaria MP/STI nº 20, de 14 de junho de 2016** e na **Portaria SGD/ME nº 844, de 2022**, que estabelecem diretrizes para a contratação de serviços de impressão na Administração Pública.

Vejamos o Item 9.3 da Portaria SGD/ME nº 844, de 2022:

9.3. Devem ser especificadas no termo de referência apenas as funcionalidades básicas dos equipamentos que afetem diretamente o tipo de serviço prestado ou especificidades com relação ao ambiente onde os equipamentos serão instalados, como:

Vejamos o Item 9.6 da Portaria SGD/ME nº 844, de 2022:

9.6. Nas especificações de equipamentos em contratos de outsourcing de impressão, não devem ser definidas características que possam ser consideradas desnecessárias, descabidas, sem razoabilidade para a devida prestação dos serviços, que possam indicar direcionamento para fabricantes específicos ou que restrinjam o caráter competitivo das licitações, a exemplo de:

Portanto, conforme se observa, a exigência de equipamentos, com ciclo mensal de **100.000 impressões**, sem a devida justificativa técnica robusta, se configura exigência desnecessária, a qual além de onerar indevidamente a administração, inviabiliza a participação de empresas que pretendam participar com equipamentos com ciclo mensal de 40.000 páginas, 45.000 páginas, 50.000 páginas e 80.000 páginas.

Além disso, o **Item 9.6** da mesma Portaria adverte que "nas especificações de equipamentos em contratos de outsourcing de impressão, não devem ser definidas características que possam ser consideradas desnecessárias, descabidas ou sem razoabilidade para a devida prestação dos serviços". Neste caso, a exigência de um ciclo mensal tão elevado é desproporcional às reais necessidades de impressão indicadas no próprio edital.

Convém mencionar ainda, que o Tribunal de Contas da União já decidiu que as cláusulas que violem o caráter competitivo do certame devem ser fundamentadas e justificadas, com base em estudos técnicos, o que não ocorreu no certame em comento.

Enunciado

Cláusulas com potencial de restringir o caráter competitivo do certame devem ser objeto de adequada fundamentação, baseada em estudos prévios à licitação que indiquem a obrigatoriedade de inclusão de tais regras para atender às necessidades específicas do órgão, sejam de ordem técnica ou econômica. (Acórdão 2441/2017-Plenário, Data da sessão 01/11/2017, Relator AROLDO CEDRAZ)

Especificações técnicas como essa, sem a devida fundamentação, podem indicar um direcionamento para fabricantes específicos ou restringir o caráter competitivo da licitação.

No presente caso, ao analisar as informações constantes no edital, verifica-se não existi justificativa tecnica, oara exigir um ciclo mensal de 100.000 impressões, uma vez que o ciclo total de impressões para esse equipamento no **ANO** é de **165.600 impressões**, o que resulta em uma média mensal de **13.800 impressões**. **Considerando que o número de equipamentos é de 11 unidades, o ciclo mensal por máquina seria de aproximadamente 1.254 impressões.**

Dessa forma, exigir que cada equipamento possua um ciclo mensal de **100.000 impressões** é completamente desproporcional e desnecessário. Esta exigência, além de não atender ao princípio da economicidade, impõe uma restrição indevida à competição, pois limita a participação de fornecedores que oferecem máquinas com ciclos mensais mais compatíveis com a demanda real.

Diante do exposto, **requer-se a retificação do Edital e do Termo de Referência**, suprimindo a exigência de ciclo mensal de **100.000 impressões** para a **Máquina de Reprografia do Tipo Multifuncional Laser Policromática** e adequando-a às necessidades reais da Administração Pública, que segundo o próprio edital, indicam um ciclo mensal por máquina de **1.254 impressões**. Tal medida visa a garantir a ampla competitividade e a seleção da proposta mais vantajosa, em conformidade com as orientações da **Portaria MP/STI nº 20, de 14 de junho de 2016** e da **Portaria SGD/ME nº 844, de 2022**.

DA IMPRESSÃO SEM MARGEM: N/A

O presente certame tem por objeto a contratação de equipamentos de impressão, incluindo a **Impressora Laser Monocromática (Compacta)**, conforme especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência e demais anexos do Edital. Entre as especificações exigidas, consta a funcionalidade de "Impressão sem margem: N/A", como requisito obrigatório.

A exigência de "Impressão sem margem: N/A" para a **Impressora Laser Monocromática (Compacta)** extrapola as funcionalidades básicas necessárias para a execução do objeto da licitação e restringe indevidamente a competitividade do certame. Essa especificação está em desacordo com o disposto na **Portaria MP/STI nº 20, de 14 de junho de 2016** e na **Portaria SGD/ME nº 844, de 2022**, que estabelecem de forma clara que só devem ser especificadas no termo de referência apenas as funcionalidades básicas dos equipamentos, vejamos:

Vejamos o Item 9.3 da Portaria SGD/ME nº 844, de 2022:

9.3. Devem ser especificadas no termo de referência apenas as funcionalidades básicas dos equipamentos que afetem diretamente o tipo de serviço prestado ou especificidades com relação ao ambiente onde os equipamentos serão instalados, como:

Vejamos o Item 9.6 da Portaria SGD/ME nº 844, de 2022:

9.6. Nas especificações de equipamentos em contratos de outsourcing de impressão, não devem ser definidas características que possam ser consideradas desnecessárias, descabidas, sem razoabilidade para a devida prestação dos serviços, que possam indicar direcionamento para fabricantes específicos ou que restrinjam o caráter competitivo das licitações, a exemplo de:

Conforme o **Item 9.3 da Portaria SGD/ME nº 844, de 2022**, "devem ser especificadas no termo de referência apenas as funcionalidades básicas dos equipamentos. **A funcionalidade de "Impressão sem margem" não é essencial para a maioria das aplicações administrativas, especialmente em impressoras monocromáticas compactas, cujo uso se destina predominantemente à impressão de documentos textuais, como relatórios e correspondências.**

Além disso, todas as especificações mínimas exigidas para o **EQUIPAMENTO IMPRESSORA LASER MONOCROMÁTICA (COMPACTA)** direcionam claramente a contratação para a **FABRICANTE BROTHER**, mais especificamente para o modelo **Brother HL-L2360DW**. Convém mencionar que as especificações parecem ser um "CTRL + C" CTRL + V, das características técnicas constantes no site da **BROTHER** para este modelo **Brother HL-L2360DW**, o que caracteriza/ revela um direcionamento indevido no certame.

Portanto, conforme se observa, mais uma vez, a administração pública faz exigências desnecessárias, as quais não trazem vantagem para a administração pública, bem como não fazem nem questão de atender às determinações do TCU, uma vez que não existe justificativa prévia ou estudo técnico que justifique a exigência de "Impressão sem margem: N/A".

Enunciado

A Administração deve fundamentar tecnicamente quaisquer exigências de especificações ou condições com potencial de restringir o universo de competidores, assim como evitar o detalhamento excessivo do objeto, de modo a não direcionar a licitação.

(Acórdão 2407/2006-Plenário, Data da sessão 06/12/2006, Relator BENJAMIN ZYMLER)

Diante do exposto, **requer-se a retificação do Edital e do Termo de Referência**, suprimindo a exigência de "Impressão sem margem: N/A" para a **Impressora Laser Monocromática (Compacta)**. A inclusão de tal funcionalidade, sem justificativa técnica adequada, configura-se como desnecessária e restritiva à competitividade, contrariando as orientações da **Portaria MP/STI nº 20, de 14 de junho de 2016** e da **Portaria SGD/ME nº 844, de 2022**.

Além disso, **requer-se a reavaliação de todas as especificações mínimas exigidas**, de forma a eliminar o possível direcionamento para o equipamento **Brother HL-L2360DW** e, assim, garantir que o certame seja conduzido com ampla competitividade e isonomia, possibilitando a participação de uma variedade maior de fornecedores e, conseqüentemente, a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

DA VELOCIDADE DE IMPRESSÃO

Em observância ao edital, verifica-se mais um possível direcionamento no certame em razão da exigência mínima de velocidade de cópias de **40 ppm** para o item **Máquina de Reprografia do Tipo Multifuncional Laser Policromática**.

Contudo, tal exigência impede a participação de licitantes que pretendem concorrer com equipamentos que possuam velocidades mínimas de impressão de **20, 25, 30, 35 e 38 ppm**.

Portanto, estamos novamente, estamos diante de uma especificação que resulta em um direcionamento do certame, ao impor condições desnecessárias, que não traz qualquer vantagem real para a Administração Pública e que compromete o caráter competitivo do certame e encarece a contratação.

Com relação a exigência de especificação de velocidade mínima, o Manual de Boas Práticas do Ministério do Planejamento e Desenvolvimento e Gestão, publicado em 2016 - Portaria 86- no Item 2.3.6, definiu o limite mínimo de velocidade de impressão para equipamentos de franquia mensal de 1.000 mil a 2.500 mil impressões mensais deve varia de 15 à 25, conforme abaixo;

2.3.6. Como referência, a tabela abaixo deve ser usada para auxiliar no dimensionamento das velocidades dos equipamentos, baseando-se também na estimativa de consumo mensal levantada para cada equipamento:

	Tipo	Velocidade A4/Simplex	Franquia individual (cálculo de 60% do volume estimado)	Estimativa de consumo mensal por equipamento
Impressora ou Multifuncional Monocromática	I	20 a 30 ppm	1200 a 3600	2000 a 6000
	II	31 a 45 ppm	3601 a 12000	6001 a 20000
	III	> 45 ppm	> 12000	> 20000
Impressora ou Multifuncional Policromática	IV	15 a 25 ppm	600 a 1500	1000 a 2500
	V	26 a 40 ppm	1501 a 9000	2501 a 15000
	IV	> 41 ppm	> 9000	> 15000

Tabela 2 – Tabela de referência com velocidades mínimas e franquias individuais para equipamentos⁸

O mesmo se extrai do Item 9.4 da Portaria SGD/ME nº 844, de 14 de fevereiro de 2022, vejamos:

9.4. Como referência, a tabela 2, abaixo, pode ser usada para auxiliar no dimensionamento das velocidades dos equipamentos baseando-se na estimativa de consumo mensal levantada para cada equipamento:

	Tipo	Velocidade A4/Simples	Estimativa de consumo mensal (pág./mês) por equipamento
Impressora ou Multifuncional Monocromática	I	20 a 30 ppm	2000 a 6000
	II	31 a 45 ppm	6001 a 20000
	III	> 45 ppm	> 20000
Impressora ou Multifuncional Policromática	I	15 a 25 ppm	1000 a 2500
	II	26 a 40 ppm	2501 a 15000
	III	> 41 ppm	> 15000

Tabela 2 - Tabela de referência com velocidades mínimas e estimativas de consumo por tipos de equipamentos.

Da mesma forma, o **Item 9.4 da Portaria SGD/ME nº 844, de 14 de fevereiro de 2022** e o **Item 2.3.6 da Portaria 86**, reforçam a necessidade de adequar as especificações técnicas à demanda real, evitando requisitos desnecessários que possam restringir a competitividade e oneram a contratação.

Desta forma, levando em consideração que o ciclo total de impressões para esse equipamento, conforme previsto no Edital, é de **165.600 impressões anuais**, o que resulta em uma média mensal de **13.800 impressões**, e que o número de equipamentos é de **11 unidades**, o ciclo mensal por máquina seria de aproximadamente **1.254 impressões**.

De acordo com o **Manual de Boas Práticas** e as diretrizes da **Portaria SGD/ME nº 844, de 2022**, um ciclo mensal de **1.254 impressões** corresponde a equipamentos com velocidades mínimas de **15 a 25 ppm**, não havendo necessidade de exigir equipamentos com velocidade superior, como **40 ppm**.

Conforme se observa, não existe previsão legal ou técnica que justifique a Administração Pública exigir, de forma indiscriminada, uma velocidade mínima de **40 ppm** no edital. Tal exigência, além de ser desnecessária, restringe a participação de diversos fornecedores que poderiam oferecer equipamentos plenamente adequados às

necessidades reais da Administração, com velocidades entre **15 a 25 ppm**.

Essa exigência de velocidade mínima elevada, sem a devida fundamentação técnica, pode revelar um direcionamento para fabricantes específicos ou, no mínimo, criar uma barreira à ampla concorrência, o que contraria os princípios da isonomia e da competitividade, consagrados na **Lei nº 14.133/2021** e na jurisprudência do **Tribunal de Contas da União**.

Diante do exposto, requer-se a retificação do Edital e do Termo de Referência, suprimindo a exigência de velocidade mínima de 40 ppm para a Máquina de Reprografia do Tipo Multifuncional Laser Policromática e adequando-a às necessidades reais da Administração Pública. Considerando o ciclo mensal efetivo por máquina de 1.254 impressões, a velocidade mínima exigida deve ser compatível com esse volume, ou seja, entre 15 a 25 ppm.

CICLO DE TRABALHO MÁXIMO DIÁRIO: ATÉ 6.000 FOLHAS

A exigência de um ciclo diário de **até 6.000 folhas** para o **Scanner de Mesa**, conforme prevista no Edital, extrapola as necessidades operacionais típicas da Administração Pública, além de não estar devidamente justificada por um projeto básico ou estudo técnico que demonstre a real demanda diária. Tal exigência não apenas restringe a competitividade do certame, como também pode resultar em custos desnecessariamente elevados para a Administração.

A Lei nº 14.133/2021, conhecida como a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, em seu artigo 6º, inciso XXV, alínea "f", estabelece que o **projeto básico** é o documento que deve conter os elementos necessários e suficientes para a execução da obra ou serviço, bem como para o fornecimento do bem, devendo, entre outros aspectos, definir:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

XXV - projeto básico: **conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra ou o serviço**, ou o complexo de obras ou de serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegure a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto

ambiental do empreendimento e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução, devendo conter os seguintes elementos:

No caso em tela, **o edital não apresentou qualquer justificativa técnica, projeto básico, ou estudo que justifique a necessidade de um ciclo diário tão elevado como 6.000 folhas para os scanners a serem adquiridos.** Essa falta de justificativa contraria o princípio da eficiência, previsto na Lei de Licitações, bem como veda a competição impedindo que empresas que trabalhem com equipamentos, com ciclo mensal de 3.500 e 4.000 folhas, possam participar.

Convém mencionar ainda, que o Tribunal de Contas da União já decidiu que as cláusulas que violem o caráter competitivo do certame devem ser fundamentadas e justificadas, com base em estudos técnicos, o que não ocorreu no certame em comento.

Enunciado

Cláusulas com potencial de restringir o caráter competitivo do certame devem ser objeto de adequada fundamentação, baseada em estudos prévios à licitação que indiquem a obrigatoriedade de inclusão de tais regras para atender às necessidades específicas do órgão, sejam de ordem técnica ou econômica. (Acórdão 2441/2017-Plenário, Data da sessão 01/11/2017, Relator AROLDO CEDRAZ)

Enunciado

É vedado aos agentes públicos admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam e restrinjam o seu caráter competitivo e estabeleçam qualquer circunstância impertinente ou irrelevante para o objeto a ser contratado.

(Acórdão 2712/2008-Plenário; Data da sessão 26/11/2008; Relator AUGUSTO SHERMAN)

Portanto, a imposição de um ciclo diário mais elevado, sem a devida fundamentação, restringe a competitividade, inviabilizando a participação de empresas que oferecem equipamentos com capacidades menores, porém suficientes para a execução das tarefas a serem executadas pela administração.

Diante da ausência de justificativa técnica que demonstre a real necessidade de um ciclo diário de **6.000 folhas**, e considerando que a maioria das tarefas administrativas pode ser plenamente atendida

com scanners de ciclo diário de **4.000 folhas**, requer-se a revisão dessa especificação, reduzindo tal exigência para 4.000 folhas diárias, promovendo uma licitação mais competitiva e assegurando a economicidade, conforme os princípios que regem as contratações públicas.

RESOLUÇÃO INTERPOLADA DE 1200 X 1200 DPI

O presente certame visa a contratação de equipamentos de digitalização, incluindo Scanners de Mesa, conforme especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência e demais anexos do Edital. Entre as exigências impostas, consta a necessidade de que o scanner possua uma Resolução Interpolada de 1200 x 1200 DPI.

A **Lei nº 14.133/2021**, em seu artigo 6º, inciso IX, alínea "f", define que o **projeto básico** deve conter justificativas claras para a previsão das características técnicas dos equipamentos a serem adquiridos:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

XXV - projeto básico: **conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra ou o serviço**, ou o complexo de obras ou de serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegure a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução, devendo conter os seguintes elementos:

No presente caso, o edital não apresentou justificativa técnica ou projeto básico que demonstre a necessidade de se adquirir scanners com resolução interpolada tão elevada como **1200 x 1200 DPI**. A ausência dessa justificativa contraria os princípios da eficiência e da economicidade, além de comprometer a competitividade, visto que afasta do certame empresas que pretendam participar com equipamentos que atendem plenamente as necessidades da Administração Pública, mas que possuem resoluções inferiores.

Portanto, exigir uma resolução superior, sem a devida fundamentação técnica, restringe a competitividade do certame, violando o disposto no **Artigo 9º da Lei nº 14.133/2021**:

Vejamos o Artigo 9 da Lei 14133/2021:

Art. 9º É vedado ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em lei:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que:

a) comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas;

Diante o exposto, o Edital ao exigir resoluções superiores sem necessidade comprovada, restringe indevidamente a participação de licitantes, comprometendo a isonomia e a busca pela proposta mais vantajosa.

Diante do exposto, **requer-se a retificação do Edital e do Termo de Referência, suprimindo a exigência de Resolução Interpolada de 1200 x 1200 DPI para o Scanner de Mesa e adequando-a para 600 x 600 DPI, conforme sugerido.**

DA EXIGÊNCIA DE CAMINHO DE IMPRESSÃO: DRIVERS DE IMPRESSORA PARA WINDOWS E MAC, APPLE AIRPRINT, PLUG-IN DO SERVIÇO DE IMPRESSÃO HP PARA ANDROID, IMPRESSÃO HP PARA CHROME NO CHROME OS

O presente certame visa a contratação de IMPRESSORA PLOTTER, conforme especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência e demais anexos do Edital.

Entre as exigências impostas, consta a necessidade de que o equipamento possua, como requisito mínimo, o seguinte caminho de impressão: "Drivers de impressora para Windows e Mac, Apple AirPrint, Plug-in do serviço de impressão HP para Android, Impressão HP para Chrome no Chrome OS".

A exigência de compatibilidade com drivers e serviços específicos, como **Apple AirPrint, Plug-in do serviço de impressão HP para Android e Impressão HP para Chrome no Chrome OS**, configura um direcionamento claro para os equipamentos da fabricante HP. Essa especificação, ao focar em funcionalidades específicas da HP, restringe indevidamente a competitividade do certame, violando os princípios da isonomia e da ampla concorrência, estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021.

O Artigo 9º da Lei nº 14.133/2021 é claro ao proibir práticas que restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório:

Art. 9º É vedado ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em lei:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que:

a) comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas;

A inclusão de requisitos técnicos que direcionam o certame para uma única fabricante viola esse dispositivo, prejudicando a isonomia entre os concorrentes, além de afastar propostas que poderiam ser mais vantajosas para a Administração Pública.

Convém mencionar ainda, que não há, no edital, qualquer justificativa técnica ou projeto básico que demonstre a necessidade de que o equipamento seja compatível com as tecnologias específicas da FABRICANTE HP.

Diante do exposto, **requer-se a retificação do Edital e do Termo de Referência**, suprimindo a exigência de compatibilidade com **Apple AirPrint, Plug-in do serviço de impressão HP para Android, e Impressão HP para Chrome no Chrome OS** para a **IMPRESSORA PLOTTER**.

Essa mudança visa garantir a ampla competitividade, permitindo que outras fabricantes além da HP possam participar do certame, assegurando assim a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, em conformidade com os princípios da isonomia, da ampla concorrência e da economicidade, estabelecidos na Lei nº 14.133/2021.

DO PRAZO PARA EXECUÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

O Edital, mais especificamente, no item 4, Alínea A, expõe o prazo para entrega dos equipamentos e execução do objeto desta licitação. Vejamos:

4. DOS PRAZOS DE ENTREGA E CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO
a) O objeto deverá ser fornecido, no prazo de 10 dias uteis, contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento emitida pelas Secretarias do Município;

Ocorre que a exigência de alhures, de entrega de todo o parque de máquinas e instalações em 10 (dez) dias, revela-se exíguo.

Ora, seria impossível as empresas que queiram participar do presente certame, procedam a aquisição de todas as máquinas exigidas no instrumento vinculatório bem como a instalação de todos os equipamentos e softwares, no prazo máximo de 10 (dez) dias em todas as unidades, departamentos e setores do Município de Itarana.

Tal exigência de executar o objeto desta licitação em 10 (dez) dias, restringe o universo de competidores, cerceando a concorrência, uma vez que muito embora as empresas consigam fornecer os produtos a preço bastante competitivo e com a exata qualidade pretendida pela Administração, não possuam disponibilidade de entregá-los no prazo estabelecido no Edital, bem como carece de pessoal suficiente para realizar a instalação de todo o parque de máquinas e softwares em toda a administração neste prazo ínfimo.

Neste sentido, é preciso informar que o edital parece muito duvidoso, uma vez que privilegia as empresas que dispõe de equipamentos em estoque, ou seja, de empresas que antes mesmo da publicação do edital já possuíam conhecimento da necessidade desta administração.

Ora, dificilmente um licitante terá essa quantidade de equipamento em estoque, a não ser que a empresa já esteja preparada para esta licitação, o que demanda de conhecimento prévio do certame, o que por via de consequência acarretaria violação à isonomia e direcionamento do certame.

Insta consignar, que o presente edital, ao exigir o prazo de 10 (dez) dias, não levou em consideração o número elevado de equipamentos exigidos.

Dessa forma, deve o prazo de entrega e instalação ser dilatado, por, pelo menos, 30 (trinta) dias úteis.

Nesse diapasão, consigna-se que a atitude do Município, de exigir prazo de 10 (dez) dias para entrega e instalação dos equipamentos, não se mostra razoável, violando com isso o princípio da razoabilidade, competitividade, bem como os Acórdãos do Tribunal de Contas da União, in verbis:

Enunciado :A fixação do prazo para entrega do objeto licitado deve levar em conta a razoabilidade, sendo restritivo ao caráter competitivo do certame a exiguidade na fixação de tal prazo.

Voto: Conforme consignado no Relatório precedente, os Srs. [omissis] e [omissis] **não apresentaram justificativa razoável para a fixação do exíguo prazo de 60 (sessenta) dias** após a assinatura do contrato para início da operação comercial da Etapa I (20 MW) , apesar de tal prazo ser insuficiente para as providências pertinentes à importação dos equipamentos necessários à execução do contrato, conforme apontado nos autos. **Essa exigência restritiva na Concorrência CC-CO-20.583/99 implicou o privilégio àquelas empresas que dispunham dos equipamentos previamente, em prejuízo à ampla competição do certame.**

Verifica-se, nos autos, que 21 (vinte e uma) empresas interessadas retiraram o edital da licitação. No entanto, apenas 3 (três) empresas participaram do certame, sendo que somente duas foram habilitadas à fase de proposta de preço. Observa-se, pois, um reduzido número de licitantes em relação ao universo de potenciais competidores, reforçando-se a convicção sobre a ocorrência de restrição à competição na Concorrência promovida pela Eletronorte. (Acórdão 186/2010-Plenário, Data da sessão 10/02/2010 Relator RAIMUNDO CARREIRO)

Enunciado É irregular o estabelecimento de cláusulas que restrinjam o caráter competitivo da licitação, como a fixação de prazos exíguos para execução de serviços.

Relatório: .2. O primeiro, na condição de gestor administrativo e pregoeiro oficial do MMA, foi responsável pela elaboração do edital do certame e pela adjudicação do objeto ao vencedor da licitação, na qual se verificaram as irregularidades relacionadas a seguir. O segundo, na condição de coordenador-geral de serviços gerais, foi responsabilizado por ter aprovado o edital do Pregão 8/2006 e acatado as justificativas para as cláusulas editalícias que restringiram a ampla participação dos interessados no certame, sem a adequada fundamentação ou o suporte de estudos consistentes. Entre as irregularidades identificadas no PE 8/2006, destacam-se:

d. estabelecimento de cláusulas que restringiram o caráter competitivo da licitação - como a exigência de posse de maquinário específico e o estabelecimento de prazos demasiadamente exíguos para a execução de serviços

- , sem a adequada fundamentação ou o suporte de estudos consistentes, em desacordo com o art. 37, XXI, da Constituição Federal, e com o art. 3º, § 1º, I, da Lei 8.666/1993. (Acórdão 8117/2011-Primeira Câmara, Relator WALTON ALENCAR RODRIGUES)

Portanto, sendo certo que da forma como está estabelecido no edital, referente ao prazo exíguo de 10 (dez) dias, estará oportunizando **a participação no certame apenas daquelas empresas que mantêm esses produtos em estoque, situação essa que fere o princípio da isonomia dos concorrentes, bem como o caráter competitivo do certame.**

Insta consignar, que da forma como especificado no Edital, o pregão pode até ser deserto por falta de empresas interessadas, já que o prazo de entrega deve ser cumprido e exíguo para a maioria das empresas.

Nesta perspectiva, faz necessário que o administrador atue de forma razoável, afastando o excesso, uma vez que a exigência de prazo exíguo não é razoável pois viola o princípio da proporcionalidade, também conhecido como princípio da proibição ao excesso.

Sem dúvida, pode ser chamado de princípio da proibição de excesso, que, em última análise, **objetiva aferir a compatibilidade entre os meios e os fins, de modo a evitar restrições desnecessárias ou abusivas por parte da Administração Pública,** com lesão aos direitos fundamentais. (Hely Lopes de Meirelis)

Diante o exposto, fica evidente que a manutenção do prazo de 10 (dez) dias traz restrições ao caráter competitivo do certame, bem como viola o princípio da isonomia, uma vez que o prazo se mostra estritamente inferior ao necessário para o atendimento do interesse público.

A fim de apontar o excesso da administração pública do Município de Itarana, faz necessário informar que não se verifica no Edital justificativa para a exigência de prazo demasiadamente curto para início da execução dos serviços.

Diante o exposto, requer seja dilatado, o prazo para entrega e instalação dos equipamentos, para no mínimo, 30 (trinta) dias uteis, garantindo desta forma a ampla concorrência.

DOS PEDIDOS

- a) Os apontamentos alhures, levam a perceber que existe um direcionamento do referido certame, bem como um demasiado detalhamento do Termo de Referência de modo injustificável, o compromete e restringe o caráter competitivo do certame, estabelecendo condições impertinentes e irrelevantes para a execução do objeto do presente contrato.
- b) Por derradeiro, diante das irregularidades, as quais maculam a clareza do processo licitatório e restringem a competitividade, o que afronta a lei de licitações, deve as irregularidades alhures apontadas serem revisto a fim de se evitar a nulidade integral do presente procedimento.
- c) Caso este Ilustre Pregoeiro não entenda conforme acima requerido, Requer desde já, que seja o presente recurso remetido à instância superior para que a Nobre Autoridade Hierárquica passe a apreciar argumentos aqui lançados.
- d) Caso, ao final, seja indeferida o presente recurso, protesta, desde já, pela vista e cópia integral do processo administrativo do Pregão Eletrônico 11/2024, para fins de encaminhamento de representação ao Tribunal de Contas e ao Ministério Público.

Termos em que

Pede-se deferimento

Cachoeiro de Itapemirim- ES, 27 de Agosto de 2024

T M A SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS EIRELI